

INFOTEC PME

PME e Jovens Empresários

*Fontes de financiamento na
União Europeia (UE) continuação*



QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL
PORTUGAL 2007-2013



UNIÃO EUROPEIA
FEDER

DE QUE TIPO DE FINANCIAMENTO POSSO BENEFICIAR?

Como decorre de um prévio EU Report, na UE, encerra-se em 2013 um ciclo orçamental e prevê-se a iniciação de um outro de 2014 a 2020, ao abrigo do qual será dada continuidade a alguns programas e proceder-se-á, naturalmente, à elaboração de outros. Assim, neste EU report fazemos referência a programas delineados no ciclo 2007-2013 uma vez que, por um lado, alguns ainda proporcionam oportunidades para o ano de 2013 e porque, por outro lado, como já referido, será dada continuidade a outros no ciclo 2014-2020. Damos também conta de iniciativas já desenhadas relativas ao ciclo 2014-2020.

Existem, essencialmente, quatro grandes tipos de oportunidades de financiamento¹:

1. Financiamento temático

É um financiamento orientado com objetivos/domínios específicos providenciado pela CE. As PMEs podem candidatar-se diretamente aos programas. O apoio da UE materializa-se, muitas vezes, em subvenções que abrangem apenas parte dos custos. Concursos públicos abertos por instituições europeias devem também ser alvo de atenção.

2. Fundos estruturais

Os fundos estruturais (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional [FEDER] e Fundo Social Europeu [FSE]) são os principais instrumentos de financiamento comunitário a favor das PME. Os beneficiários dos fundos estruturais recebem uma contribuição direta para financiar os seus projetos.

3. Instrumentos financeiros

Grande parte das vezes, apenas são acessíveis indiretamente, sendo a sua implementação efetuada através de intermediários financeiros nacionais. Muitos destes instrumentos são geridos pelo Fundo Europeu de Investimento.

4. Apoio à internacionalização

Ajuda a organizações intermediárias e/ou autoridades públicas no domínio da internacionalização a fim de ajudar as PME a aceder a mercados no exterior da UE.

1 Por um lado, oportunidades de contratação pública foram autonomamente abordadas num outro EU Report, por outro, desenvolvem-se, aqui, apenas principais oportunidades referentes a *instrumentos financeiros* e *apoio à internacionalização*, fazendo-se também uma breve referência a fundos estruturais, uma vez que matéria relativa a financiamento temático foi também alvo de desenvolvimento num prévio EU Report.

FUNDOS ESTRUTURAIS²

Os fundos estruturais têm por objetivo ajudar a reduzir as disparidades no desenvolvimento das regiões e promover a coesão económica e social na União Europeia. Assim, a Comissão Europeia co-financia atividades de carácter regional nos Estados-Membros. Todavia, é importante sublinhar o facto de que a ajuda às PME para co-financiar os seus investimentos apenas é possível em regiões economicamente menos desenvolvidas (as designadas regiões de “convergência”). Nas restantes regiões, a prioridade é dada a ações com um elevado efeito de alavanca (por exemplo, formação do espírito empresarial, serviços de apoio, viveiros de empresas, mecanismos de transferência de tecnologia, redes, etc.) por oposição a ajudas diretas a PME individuais.

Convém ter bem presente que:

Para o período de 2007-2013, com uma dotação total de 347,41 mil milhões de euros, a estratégia e os recursos da política de coesão (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional [FEDER], Fundo Social Europeu [FSE] e Fundo Europeu de Coesão) foram agrupados em três objectivos prioritários:

1. Convergência: acelerar a convergência económica das regiões menos desenvolvidas
2. Competitividade regional e emprego: reforçar a competitividade e capacidade de atracção das regiões e ajudar os trabalhadores e as empresas a adaptarem-se às mudanças económicas;
3. Cooperação territorial europeia: reforçar a cooperação transfronteiras, transnacional e inter-regional

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

São normalmente processados através de intermediários financeiros, tais como bancos, instituições de crédito ou fundos de investimento. Destinam-se a aumentar o volume de crédito disponível para as PME e a incentivar as entidades bancárias a desenvolverem as suas capacidades de empréstimo às PME.

2. Dado que a gestão dos fundos e a seleção dos programas é efetuada a nível nacional, e, acima de tudo, uma vez que existe uma perceção razoável da comunidade, em geral, da matéria em causa, entendemos que tal objeto tende a extravasar o nosso propósito, que pretende, em suma, focar-se maioritariamente em oportunidades diretamente (e não mediadamente) disponibilizadas por instituições europeias, e/ou oportunidades que não estejam amplamente divulgadas. Assim, não obstante a sua importância, apenas fazemos uma breve referência a esta matéria.

3.1

PROGRAMA-QUADRO DE COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO (PCI)

No âmbito do Programa-Quadro de Competitividade e Inovação (PCI), foram atribuídos 1.130 milhões de euros para instrumentos financeiros durante o período de 2007 a 2013. Estes instrumentos estão organizados em três subprogramas, os quais são geridos pelo Fundo Europeu de Investimento (FEI) em representação da Comissão Europeia:

1. O Mecanismo a favor das PME Inovadoras e de Elevado Crescimento (MIC) visa aumentar a entrada de fundos próprios nas PME inovadoras quer em fase inicial (MIC1) quer em fase de expansão (MIC2). O MIC partilha os riscos e os ganhos com os investidores privados, funcionando como um importante dinamizador para a entrada de capital próprio empresas inovadoras.
2. O Mecanismo de Garantia PME fornece garantias adicionais aos sistemas de garantia a fim de facilitar o acesso das PME ao financiamento através de empréstimos. Este mecanismo está direccionado para corrigir as deficiências de mercado em quatro áreas:
 - 2.1 acesso a empréstimos (ou substitutos de empréstimos, como a locação financeira) pelas PME com potencial de crescimento;
 - 2.2 concessão de microcrédito;
 - 2.3 acesso a fundos de capital próprio ou quase-capital próprio;
 - 2.4 titularização
3. Um Sistema de Reforço das Capacidades apoia a capacidade dos intermediários financeiros em alguns Estados-Membros.

No que respeita ao ciclo orçamental 2014-2020, no âmbito do **Programa para Competitividade de Empresas e PMEs**, a CE apresentou uma proposta de um orçamento de cerca de 2,5 mil milhões de euros. Dada a sua importância e o seu futuro impacto em PMEs, deve ser seguido de perto por estas. De resto, o **Programa Horizonte 2020**, com um orçamento de 80 mil milhões previsto de 2014 a 2020, prevê uma alocação de 17 983 milhões no fortalecimento da liderança industrial na inovação, prevendo a melhoria do acesso ao financiamento e apoio a PMEs.

3.2

JEREMIE

(recursos europeus conjuntos destinados às empresas de micro e média dimensão)

JEREMIE é uma iniciativa conjunta da Comissão Europeia e do Fundo Europeu de Investimento com o Banco Europeu de Investimento. O seu objetivo é melhorar o acesso ao financiamento das microempresas e das PME, bem como, em especial, a oferta de microcrédito, de financiamento de capital de risco ou de garantias e outras formas de financiamento inovador. É dada especial atenção ao apoio de empresas inovadoras em fase de arranque (start-ups), à transferência de tecnologia, assim como a fundos de tecnologia e inovação e ao microcrédito. A iniciativa JEREMIE é gerida como parte integrante de programas do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

3.3

JASMINE

JASMINE é uma iniciativa conjunta da Comissão Europeia e do Fundo Europeu de Investimento com o Banco Europeu de Investimento, que complementa a iniciativa JEREMIE. Tem por objetivo desenvolver a oferta de microcrédito na Europa essencialmente através da adoção de duas medidas principais: proporcionar assistência técnica para instituições de microcrédito, de forma a ajudá-las a tornarem-se intermediários financeiros credíveis e a obter capital mais facilmente; e financiar as atividades de instituições financeiras não bancárias, de forma a permitir que concedam um maior número de empréstimos. O objetivo do programa é melhorar o acesso ao financiamento de pequenas empresas, pessoas desempregadas, ou de pessoas atualmente sem emprego que gostariam de desenvolver profissões liberais mas sem possibilidade de aceder aos serviços de crédito bancário tradicionais.

3.4

PROGRESS (Instrumento de Microfinanciamento Europeu)

A UE criou um novo Instrumento de Microfinanciamento Europeu “Progress” que visa facilitar o acesso ao crédito pelas micro a pequenas empresas e pessoas que tenham perdido o seu emprego e desejem abrir o seu próprio pequeno negócio.

3.5

INSTRUMENTOS PRÓPRIOS DO FUNDO EUROPEU DE INVESTIMENTO

A atividade do FEI baseia-se em dois instrumentos:

1. Os **instrumentos de capital de risco** do FEI consistem em investimentos de capital em fundos de capital de risco e em viveiros de empresas para apoiar as PME, especialmente as empresas recém-criadas e do sector tecnológico
2. Os **instrumentos de garantia** do FEI consistem na concessão de garantias às instituições financeiras que cobrem créditos às PME.

3.6

EMPRÉSTIMOS DO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO (BEI)

Estes empréstimos são atribuídos através de intermediários como, por exemplo, os bancos comerciais. Destinam-se a investimentos corpóreos e incorpóreos pelas PME. Os empréstimos do BEI visam também ajudar as PME a obterem um fundo de maneio estável, ou seja, empréstimos concedidos para financiarem responsabilidades associadas ao ciclo comercial das PME. E, ao reflectirem as necessidades de financiamento a longo prazo das PME a esse respeito, pode torná-las elegíveis para o financiamento do BEI. Os empréstimos serão concedidos com prazo de pagamento entre 2 a 12 anos, com uma quantia máxima fixa em 12,5 milhões de euros por empréstimo.

4

APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME³

É da maior conveniência ter em conta que os regimes de seguida descritos não prevêm um financiamento directo às PME, sendo directamente processados através de intermediários financeiros e/ou autoridades públicas.

4.1

PROGRAMA GATEWAY UE

O objetivo deste programa, que decorrerá ao longo do período 2008-2015, é promover a introdução de produtos europeus no mercado japonês e sul-coreano, complementando e conferindo um valor acrescentado às atividades de promoção das exportações empreendidas pelos diferentes Estados-Membros da UE em sectores industriais comunitários considerados de elevado potencial no Japão ou na Coreia (serviços de saúde e tecnologias médicas, tecnologias de construção, tecnologia de comunicação e informação, tecnologias ambientais e relacionadas com o ambiente, decoração de interiores, moda). As PME participantes obtêm apoio indirecto através da organização de missões comerciais a fim de facilitar a cooperação, assim como apoio financeiro e assistência logística específica.

3. Algumas das oportunidades, de seguida, referidas, não se aplicam directamente a empresas somente estabelecidas em Portugal, tendo uma dimensão geográfica distinta. De todo o modo, não deixam de ser mencionadas devido ao interesse potencial que podem, ainda assim, comportar.

4.2

PROGRAMAS DO CENTRO DE COOPERAÇÃO INDUSTRIAL UE-JAPÃO

São programas anuais abertos a empresas de todos os tamanhos, incluindo as PME. É concedido apoio indirecto através da organização de programas de formação no Japão, que são gratuitos e incluem uma bolsa de estudo para os participantes de PME. Foram delineados diferentes programas, como, por exemplo:

1. O programa H RTP que visa ajudar os gestores das PME europeias intimamente ligados nas relações comerciais com o Japão a conhecerem o mercado japonês. O período de cinco semanas passado no Japão inclui o estudo da cultura e língua japonesa, conferências e seminários específicos e visitas a empresas.
2. O programa DBP (Práticas Comerciais e de Distribuição) é uma missão de 5 a 8 dias no Japão para ajudar as empresas europeias a adquirir uma compreensão prática do sistema de distribuição japonês.
3. O programa de Investimento Directo Estrangeiro (FDI) é uma missão de 5 dias no Japão que proporciona aos participantes da UE uma compreensão prática sobre a forma como as firmas da UE podem beneficiar da política de FDI do Japão para começar ou desenvolver negócios no Japão, através da aquisição de activos locais.
4. O WCM é uma missão intensiva de 5 a 8 dias no Japão que tem por objectivo melhorar a produtividade e a redução de custos no sector industrial. Esta missão inclui visitas a algumas das fábricas mais desenvolvidas do mundo.

4.3

COMPREENDER A CHINA

Um programa de formação organizado pela Eurochambres e outros parceiros e co-financiado pela Comissão Europeia. O programa visa formar as associações empresariais que, por sua vez, ajudarão as empresas europeias a compreender melhor a economia chinesa e a aumentara sua competitividade nesse mercado.

4.4

PROGRAMA UE-CHINA DE INTERCÂMBIO E FORMAÇÃO DE GESTORES

O programa proporciona a gestores europeus e chineses acções de formação em línguas, bem como sobre a cultura empresarial e as práticas de cada um dos continentes.

4.5

APOIO NÃO FINANCEIRO DO BERD: PROGRAMAS TAM E BAS

Através dos programas TAM (Recuperação de Empresas) e BAS (Serviços de Aconselhamento às Empresas), o BERD ajuda as empresas privadas a adaptarem-se às exigências da economia de mercado, contribuindo para o desenvolvimento das pequenas e médias empresas. O primeiro programa concentrou-se em mudanças estruturais e de gestão no seio das empresas, proporcionando aconselhamento por parte de quadros com experiência, enquanto o segundo programa apoia as iniciativas a curto prazo e desenvolve uma infra-estrutura sustentável para a criação de serviços de aconselhamento locais às empresas. Para participar, as empresas podem enviar um formulário de candidatura diretamente para os programas TAM/BAS, sendo este apresentado à equipa de direcção que decidirá se o projeto pode avançar e estipulará as condições de cooperação.

4.6

PROGRAMA DE INVESTIMENTO NO LESTE

O objectivo da Política Europeia de Vizinhança, lançada em 2004, é estabelecer uma colaboração privilegiada com os países vizinhos da UE através de uma relação política e integração económica mais aprofundadas. Ao todo, dezasseis países vizinhos da UE beneficiam desta política, cujas acções são financiadas pelo IEVP (Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria). Para o período 2007-2013, o orçamento total para esta política eleva-se aos 12 mil milhões de euros e é atribuído a programas individuais dos países em função das suas necessidades, da sua capacidade

de absorção e da aplicação das reformas acordadas.

Com um orçamento total de 7 milhões de euros para o período 2010-2013, o objectivo do programa de Investimento no Leste é apoiar o desenvolvimento económico da região (Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Geórgia, Moldávia e Ucrânia) e a melhoria do seu ambiente empresarial. O programa auxilia as PME no seu processo de internacionalização, melhorando a sua inserção em rede e incentivando o seu desenvolvimento comercial.

4.7

EMPRÉSTIMOS DO BEI ÀS PMES NOS PAÍSES PARCEIROS MEDITERRÂNICOS (FEMIP)

A FEMIP (Facilidade Euro-Mediterrânica de Investimento e Parceria) concede empréstimos a pequenas empresas no Mediterrâneo (Argélia, Egipto, Gaza/Cisjordânia, Israel, Jordânia, Líbano, Marrocos, Síria e Tunísia), principalmente através de intermediários locais, para projectos que impulsionem a infra-estrutura económica da zona.

4.8

O EIXO EUROPEAID

De resto, cumpre referir que a Direção Geral de Desenvolvimento e Cooperação - EuropeAid publica também, no seu Web site, concursos e convites à apresentação de propostas no âmbito dos programas de relações externas, alguns dos quais estão abertos à participação das PME⁴

4. Matéria relativa à contratação pública, neste âmbito, foi já desenvolvida num outro *EU Report*.

PARA MAIS INFORMAÇÕES...

5.1 - Enterprise Europe Network

A Rede “Enterprise Europe Network” é a maior rede europeia de apoio e inovação para empresas, fornecendo serviços integrados de alta qualidade para benefício das PME. A missão da rede é a de fornecer serviços integrados de informação, cooperação empresarial, inovação e transferência de tecnologia para apoio de pequenos negócios e PMEs inovadoras.

5.2 - Centro Europeu de Negócios e Tecnologia na Índia

O Centro dá assistência à comunidade empresarial, científica e de investigação na Europa e na Índia, no sentido de gerar novas oportunidades de negócio e transferência de tecnologia, assim como promover as tecnologias limpas europeias na Índia

5.3 - Centro para as PME da EU na China

O Centro de Apoio da UE para as PME Europeias, financiado pela Comissão Europeia, fornece informações, aconselhamento, formação e oportunidades de parceria para as PME europeias que desejem exportar ou investir no mercado chinês.

5.4 - A ANJEMagellan⁵

A ANJE/Magellan reúne *Know-how* especializado em assuntos europeus, nomeadamente, no que respeita a candidaturas a financiamento e subvenções no seio da UE.

5. www.anje.pt:international@anje.pt; www.magellan-association.org; vmp@magellan-association.org.